

ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base nos itens constantes da Tabela de Itens Avaliados. Para tanto, os preços estabelecidos no Contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

No período mensal o Fiscal do Contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço. A execução será monitorada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que poderão abranger a avaliação dos seguintes aspectos:

- Resultados alcançados em relação ao Contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
- Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

2. DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS

O Fiscal do contrato deverá preencher as ocorrências na Tabela de Itens Avaliados, que indicará o percentual a ser descontado do faturamento, e apresentá-la ao CONTRATADO no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após o encerramento do mês de competência, a qual conterá, no mínimo:

- Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de ocorrências; e

- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Caso o Fiscal não cumpra o prazo, considerar-se-á que o serviço foi realizado em sua integralidade, ou seja, com 100% de conformidade.

A CONTRATADA terá até **5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento do IMR, para emitir a Nota Fiscal com o valor definido no referido instrumento.

Caso a CONTRATADA não concorde com o IMR apresentado, poderá apresentar justificativa dentro do mesmo prazo de **5 (cinco) dias úteis**. No entanto, deverá emitir a nota fiscal com o valor definido no IMR. A fiscalização avaliará a justificativa e, caso seja julgada procedente, o ajuste será realizado no próximo faturamento que a empresa fizer jus, por meio de faturamento complementar. A justificativa será aceita apenas se comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

3. TABELA DE ITENS AVALIADOS

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - TABELA DE ITENS AVALIADOS

Contrato nº		Processo Contratual nº:				
Empresa Contratada:		Processo Financeiro nº:				
Período de Avaliação: MÊS/ANO						
ITEM	META A CUMPRIR	MEDIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU	OCORRÊNCIAS	TOTAL A DESCONTAR
1	Garantir que os profissionais se apresentem de maneira asseada, com uniformes limpos e completos, portando o crachá de identificação, conforme as especificações contratuais	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	1	0	0,00%
2	Utilizar corretamente os recursos disponíveis (como computadores, telefones, rádios comunicadores, entre outros), bem como os sistemas de segurança (como câmeras, sistemas de CFTV, entre outros)	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	1	0	0,00%
3	Preencher adequadamente os documentos solicitados pela Administração, como o Registro de Ocorrências, conforme as orientações realizadas pela Gestão contratual	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
4	Realizar os procedimentos de controle de acesso de forma eficiente e conforme orientações realizadas pela Gestão contratual	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	2	0	0,00%

5	Realizar a transição de turno garantindo que as informações relevantes sejam repassadas adequadamente ao próximo profissional	Por constatação da fiscalização ou relato documentado de falha no repasse de informações.	Por ocorrência	2	0	0,00%
6	Garantir que seus profissionais realizem a prestação de serviços de forma eficiente, cumprindo as atividades de maneira ágil, precisa e dentro dos prazos, conforme estabelecido pela Gestão contratual	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	3	0	0,00%
7	Identificar e relatar prontamente à Gestão contratual quaisquer irregularidades ou vulnerabilidades no sistema de segurança, como falhas em equipamentos, acessos não autorizados, ou situações que possam comprometer a integridade das instalações, adotando as providências necessárias conforme orientação da Gestão	Por constatação da fiscalização ou análise de registros de ocorrências comunicadas.	Por ocorrência	3	0	0,00%
8	Adotar ações preventivas para evitar incidentes, monitorando movimentações suspeitas e outras situações de risco, e informar imediatamente à Gestão Contratual sobre quaisquer ocorrências	Por constatação da fiscalização ou análise de registros de ocorrências	Por ocorrência	3	0	0,00%
TOTAL A DESCONTAR DA NOTA FISCAL						0,00%

VALOR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	R\$ 0,00
VALOR A DESCONTAR	R\$ 0,00
VALOR A SER FATURADO	R\$ 0,00

As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna “Ocorrências”.

A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,125% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
2	0,25% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
3	0,50% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal

Se o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior a 5% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando a aplicação das sanções previstas em contrato.

Ressalta-se que os descontos aplicados em decorrência do IMR não configuram penalidades contratuais, mas sim instrumentos de gestão para avaliar e

remunerar os serviços conforme a qualidade apresentada. Ademais, eventuais processos administrativos sancionatórios poderão ser instaurados independentemente dos itens previstos no IMR, com base nas disposições contratuais e legais aplicáveis.